



DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA PARA TODA A POPULAÇÃO

A Defensoria Pública da União trabalha para garantir que os direitos de todas as pessoas sejam respeitados, por meio da **educação em direitos, orientação e defesa na Justiça** a quem não tem condições de contratar os serviços de advogadas ou advogados particulares.

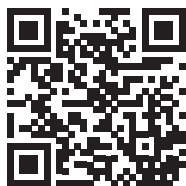
Além disso, promove ações individuais e coletivas para defender os direitos humanos de grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade, como as pessoas idosas; com deficiência; mulheres; crianças e adolescentes; população LGBTQIA+; comunidades tradicionais; população negra, indígena e quilombola; população migrante, apátrida e refugiada; pessoas em situação de rua e em situação de prisão; vítimas do tráfico de pessoas.

O QUE É ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA?

A assistência jurídica gratuita significa o atendimento e o acompanhamento de uma defensora ou um defensor público em todas as etapas necessárias para resolver o seu problema na Justiça ou mesmo sem a necessidade de entrar com uma ação judicial. O serviço é sempre gratuito para você e não são cobrados os custos do processo na Justiça.

COMO CONSEGUIR ATENDIMENTO?

A DPU está em todas as 26 capitais do país, no Distrito Federal (DF) e em algumas cidades do interior. Nos locais onde não existe unidade da DPU ou que sofreram com desastres naturais ou questões humanitárias, é possível receber o atendimento da defensoria por meio de equipes que viajam para chegar até quem precisa.



Os endereços e canais de atendimento estão disponíveis na página www.dpu.def.br/contatos-dpu

COMO A DPU PODE ME AJUDAR?

Por meio da atuação gratuita para quem não tem condições de contratar os serviços de advogadas ou advogados particulares, em assuntos como defesa criminal, questões previdenciárias (como salário-maternidade; aposentadorias; benefícios por incapacidade; pensão por morte), benefícios sociais (bolsa-família, BPC-LOAS, seguro-defeso, seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Programa Minha Casa, Minha Vida), saúde (medicamentos, cirurgias, leitos de UTI), moradia e educação.

A DPU também trabalha para impedir que o Poder Público e agentes privados desrespeitem os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade; realiza estudos e relatórios técnicos para garantir direitos coletivos; orienta e incentiva políticas públicas; oferece canais de acesso para denúncias e pedidos de proteção; realiza capacitações em Direitos Humanos para agentes públicos, organizações sociais e a população em geral.

DEFESA CRIMINAL

As pessoas que estiverem com processo na Justiça Federal, Eleitoral ou Militar e que não tiverem condições de pagar uma advogada ou advogado particular podem contar com a assistência jurídica gratuita da DPU.

EDUCAÇÃO

A DPU trabalha para garantir o direito à educação, por meio de atuações para exigir o cumprimento da obrigação do Estado de oferecer ensino público gratuito e de qualidade. As ações acontecem por meio da Justiça ou em acordos realizados com as instituições que fazem parte do Governo Federal, em questões relacionadas ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), ao Programa Universidade para Todos (Prouni), ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), às Universidades federais, aos Concursos Públicos Federais e ao Sistema de Cotas. O órgão também promove a educação em Direitos.

MORADIA

O órgão atua para proteger o direito à moradia de pessoas em situação de vulnerabilidade, para impedir despejos forçados, buscando a regularização fundiária e garantindo defesa em ações de reintegração de posse. Também promove rodadas de negociações de dívidas e a resolução de conflitos relacionados à moradia junto à Caixa Econômica Federal e ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Assegura, ainda, a defesa das trabalhadoras e trabalhadores rurais nos processos administrativos em tramitação no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

SAÚDE

Promove ações individuais e coletivas para garantir o direito à saúde pública e gratuita, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse direito envolve o acesso a tratamentos, medicamentos, cirurgias, procedimentos, órteses, próteses, leitos de UTI, consultas e exames, entre outros. A DPU também expede recomendações; participa de fóruns; emite notas técnicas e promove discussões sobre a questão de saúde no país.

DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

As pessoas em situação de vulnerabilidade que tiverem pedido de benefício negado junto ao INSS podem contar com auxílio gratuito da DPU. O órgão atua em casos como: benefício por incapacidade permanente ou temporária (o antigo auxílio-doença); Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas); pensão por morte; aposentadorias; auxílio-acidente; auxílio-reclusão; salário-família; salário-maternidade; entre outros.

DIREITOS COLETIVOS

A DPU promove a proteção dos direitos humanos, a partir de diversas formas de atuação, seja por meio de ações na Justiça ou por meio do diálogo com órgãos públicos, com recomendações, estudos e relatórios técnicos, orientações e incentivo a políticas públicas. Entre os mecanismos criados na Defensoria para atuar nas causas coletivas estão o Sistema Nacional de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, os 16 Grupos de Trabalho Temáticos, os Comitês Temáticos Especializados, a Assessoria para Casos de Grande Impacto Social, a Secretaria-Geral de Articulação Institucional e os Observatórios.

A DPU PODE AJUDAR VOCÊ NESTES ASSUNTOS

- Acesso à justiça
- Aposentadoria
- Assistência jurídica internacional
- Benefícios assistenciais
- Benefícios previdenciários
- Catadores e catadoras
- Combate ao tráfico de pessoas
- Comunidades quilombolas
- Comunidades tradicionais
- Conflitos fundiários
- CPF
- Defesa criminal
- Democracia
- Direitos coletivos
- Direitos humanos
- Discriminação e violação de direitos das mulheres
- Educação
- Educação em direitos
- Enfrentamento à tortura
- FGTS
- Financiamento estudantil
- INSS
- LGBTQIA+
- Liberdade de expressão
- Meio ambiente
- Migrantes e refugiados
- Militares
- Moradia
- Patrimônio imaterial
- Pensão por morte
- Pessoas com deficiência
- Pessoas em situação de prisão
- Pessoas em situação de rua
- Pessoas idosas
- Políticas etnorraciais
- Povos indígenas
- Receita Federal
- Saúde
- Seguro defeso
- Trabalho análogo à escravidão

Se não encontrou acima o tema para o qual precisa de atendimento, procure a unidade da DPU que atende sua localidade ou acesse o site www.dpu.def.br

